



## UM DIÁLOGO ENTRE A AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA URBANA EM REGIÕES METROPOLITANAS

A dialogue between agroecology and urban agriculture in metropolitan regions

Almeida, D. A. O.<sup>1,2</sup>; Marques, L. M.FJ.<sup>1,3</sup>; Alencar, V. G. S.L.<sup>1,4</sup>; Ferreira, C. M. T.<sup>1,5</sup>;  
Araújo, ML.<sup>1,6</sup>; Nardini, P. C. C.<sup>1,7</sup>; Ornelas, G. M.<sup>1,8</sup>; Costa, H. S. M.<sup>1,9</sup> e Machado, R. P. M.<sup>1,10</sup>.

### RESUMO

O processo de sistematização da experiência do AUÊ! – Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais auxiliou a recuperar, registrar e comunicar a trajetória do grupo desde sua formação. Foi possível refletir criticamente sobre a prática de um coletivo de pesquisa, ensino e extensão, inserido em uma universidade pública e articulado a uma política nacional de fortalecimento da construção de conhecimento agroecológico, como um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA). A metodologia da sistematização foi baseada no fazer coletivamente e envolveu integrantes do grupo e o diálogo com os diferentes atores que participaram da história do AUÊ!. A sistematização possibilitou identificar as qualidades, potencialidades e lacunas na atuação do grupo; amadurecer nossa reflexão sobre os caminhos que podem ser trilhados para avançar nos estudos e práticas sobre a agroecologia urbana; e aprofundar conceitos e diálogos na construção do conhecimento agroecológico a partir da conexão entre a agroecologia e a agricultura urbana em regiões metropolitanas.

**Palavras-chave:** Agroecologia Urbana, Dinâmicas Metropolitanas Contemporâneas, Construção do Conhecimento Agroecológico, Articulação em Redes.

### ABSTRACT

The process of systematization of the AUÊ! – Urban Agriculture Studies Group – at Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), has helped to recover, register and communicate the group's trajectory since its formation. It was possible to critically reflect over the collective's practice of research, education, and extension, inserted within a public university and articulated to a national policy of agroecological knowledge construction, as a Nucleus of Agroecology Studies (NEA). The systematization methodology was based on doing collectively and involved members of the group and the dialogue with the different actors who participated in the history of NEA AUÊ!. The systematization allowed us to identify the qualities, potentialities and gaps in the action of the group; to mature our reflection on the paths that can be taken to advance in studies and practices on urban agroecology; and to deepen concepts and dialogues in the construction of agroecological knowledge from the connection between agroecology and urban agriculture in metropolitan regions.

**Keywords:** Urban Agroecology, Contemporary Metropolitan Dynamics, Agroecological Knowledge Construction, Networks Articulation.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!;

<sup>2</sup> E-mail: daniadil.aue@gmail.com;

<sup>3</sup> E-mail: melgaco.luisa@gmail.com;

<sup>4</sup> E-mail: victoralencar.aue@gmail.com;

<sup>5</sup> E-mail: camilamtf@gmail.com ;

<sup>6</sup> E-mail: melissaluciana20@gmail.com;

<sup>7</sup> E-mail: patriciacardini@gmail.com;

<sup>8</sup> E-mail: gabriellornelas@gmail.com;

<sup>9</sup> E-mail: heloisasmcosta@gmail.com;

<sup>10</sup> E-mail: rodrigopmmachado@gmail.com;

**Recebido em:**

15/08/2017

**Aceito para publicação em:**

21/02/2018

**Correspondência para:**

daniadil.aue@gmail.com



## Reconstrução histórica

AUÊ! é palavra forte, que remete à festa, à celebração, ao entusiasmo e comunica compromisso e fortaleza! Esses significados foram compartilhados por pessoas que, ao longo dos últimos quatro anos, têm participado da trajetória do nosso coletivo. Durante a oficina de sistematização de experiência do Grupo AUÊ!, ocorrida entre os dias 17 e 19 de março de 2017, no âmbito do Projeto de Sistematização de Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia, protagonizado pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, reafirmamos que "fazer um AUÊ!" remete a sair do comum, a extrapolar a zona de conforto, a sonhar com o novo e construí-lo coletivamente.

O AUÊ começou sua história mesmo antes de ter sido batizado com esse nome, a partir de encontros no Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de conversas, compartilhamento de experiências e reflexões que inspiraram a formação de um coletivo organizado. Começamos nossa jornada no ano de 2013, quando inspiramo-nos no acúmulo de debates, ações, bem como iniciações científicas, monografias, dissertações, teses e pós-doutoramento sobre a temática de agricultura urbana que já vinham sendo realizadas na UFMG. No contexto de criação do AUÊ!, merecem registro algumas iniciativas de ensino e formação, como a oferta de disciplinas relacionadas ao tema da agricultura urbana e agroecologia, assim como o surgimento de coletivos, como: 1) o Grupo de Agricultura Urbana - GAU, no IGC, que antecedeu o AUÊ!; 2) o espaço da Horta Agroflorestal do Diretório Acadêmico de Biologia, na qual, desde 2004, espécies comestíveis e medicinais são manejadas a partir das bases agroecológicas por alunas(os) da universidade; 3) o grupo Quartas Permaculturais, criado em 2011 no IGC por alunas(os) do mestrado e graduação da Geografia e Ciências Socioambientais, que se reuniam semanalmente com intuito de debater e intervir no espaço universitário em temas ligados à agroecologia e à permacultura.

O Grupo Aroeira – fundado em 2006 por graduandas(os), mestrandas(os), mestres e doutorandas(os) de diversos cursos da UFMG – também contribuiu com publicações técnicas e acadêmicas resultantes de atividades de pesquisa e extensão em agricultura urbana e agroecologia. A partir de 2013, diversas ações e atividades foram realizadas em parceria entre os grupos Aroeira e AUÊ!, com destaque para o curso de Agroecologia Urbana, realizado em 2015. Atualmente, o grupo Aroeira não está vinculado à UFMG, mas segue trabalhando com a temática da agroecologia urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

De caráter singular, diferente da grande maioria dos núcleos de agroecologia, o AUÊ! foi organizado em um campus no qual não há cursos ou departamentos específicos de Ciências Agrárias ou Desenvolvimento Rural. Outra singularidade é que se observava, no contexto em que o AUÊ foi organizado, um esforço de associar as questões urbanas e sociais às questões ambientais, conformando um campo propício ao acolhimento de reflexões sobre experiências de produção agrícola “não convencionais” desenvolvidas por grupos e sujeitos nas áreas urbanas e metropolitanas.

Para além do meio acadêmico e universitário, desde a sua criação, o AUÊ! buscou atuar junto aos movimentos sociais e grupos de agricultoras(es), como a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), que teve e tem fundamental contribuição nas ações do grupo. A relação com a AMAU proporcionou um contato inicial com um conjunto de experiências localizadas em diferentes municípios da região metropolitana, o que posteriormente permitiu ampliar a abordagem do grupo para além do município de Belo Horizonte e alcançou uma escala maior, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

A RMBH é composta por 34 municípios, com distintas características entre eles e internamente a cada um, com uma estrutura territorial marcada por grande concentração e adensamento em Belo Horizonte e em sua área de conturbação. Apresenta ainda um perfil de fragmentação e desarticulação da estrutura urbana que provoca, por sua vez, conflitos socioambientais e desafios ao planejamento e gestão (UFMG, 2010). Além disso, a estrutura econômica da RMBH possui grande concentração de atividade imobiliária, industrial e mineradora, além de grande peso do setor de serviços, sendo que a atividade agrícola não é considerada na maioria das análises econômicas regionais (TUPY et al., 2015).

Com o cenário de criação do AUÊ! configurado, compreendemos que a grande riqueza de iniciativas populares, de pesquisa e de políticas públicas se contrapunha a lacunas e desconexões importantes, tanto de natureza conceitual quanto de possibilidades de articulações políticas entre campos específicos. Como exemplo, foram identificadas diferentes abordagens conceituais acerca da agroecologia, da agricultura familiar e da agricultura urbana que reforçavam visões dicotômicas sobre a relação rural-urbano e dificultavam uma aproximação entre diferentes sujeitos e atores já envolvidos com experiências e práticas agrícolas em um território comum – a RMBH. A partir destas compreensões e da vontade de um conjunto de pessoas de trabalhar com a agricultura urbana e a agroecologia, emergiu, então, a reflexão sobre o papel inovador que o grupo poderia desempenhar ao promover conexões entre estudos, pesquisas, extensão e ensino sobre as agriculturas em regiões metropolitanas.

Das diversas interpretações e entendimentos conceituais em torno da agroecologia, da agricultura urbana e da agricultura familiar, é importante mencionar aqueles que têm sido utilizados como referência para a compreensão das diversas realidades encontradas no percurso do grupo.

O AUÊ! incorpora a conceituação de agroecologia apresentada pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2017, que a considera como uma disciplina científica, um movimento político e social, além de um conjunto de práticas agrícolas, orientadas a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões. Essa concepção se articula a outros debates conceituais que associam a Agroecologia à construção de um novo paradigma societário; à interação entre os saberes tradicionais e o conhecimento técnico-acadêmico; bem como à criação de uma nova plataforma de desenvolvimento para o meio rural (ALTIERI, 2012; SEVILLA GUZMÁN, 2006; PETERSEN, 2009).

Em relação à agricultura urbana, dentre as formulações encontradas na literatura nacional, consideramos o conceito construído no âmbito das discussões de elaboração da Política Nacional de Agricultura Urbana e Peri-urbana (PNAUP). Essa formulação representa um esforço coletivo de pesquisadoras(es) de diferentes cidades do Brasil, vinculadas(os) a diferentes organizações e movimentos sociais, setores governamentais e acadêmicos, que formularam diretrizes e princípios para promoção da agricultura urbana no Brasil (ALMEIDA, 2016). A definição proposta por essa política compreende a agricultura urbana como sendo um conceito multidimensional (que inclui produção, transformação e serviços) capaz de gerar produtos agropecuários voltados ao autoconsumo, às trocas, às doações e à comercialização de forma sustentável. Segundo esta definição, tais atividades “podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades” (SANTANDREU e LOVO, 2007, p. 10). Além disso, os autores Santandreu e Lovo (2007) mencionam a valorização e respeito aos diversos saberes (científicos e populares), a promoção da equidade de gênero e de espaços democráticos, assim como processos participativos que contribuam para a gestão urbana social e ambiental das cidades.

Em relação o conceito de agricultura familiar, consideramos que o marco legal do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) é relevante, mas entendemos que esse conceito possui limitações importantes e, por esse motivo, buscamos outras compreensões e estudos que ampliam a conformação da agricultura familiar.

Os estudos de Ploeg (2008) e de Wanderley (2009), por exemplo, nos ajudam a entender a complexidade que esse grupo social apresenta na atualidade, apontando semelhanças com o campesinato – principalmente pela forma pela qual o trabalho se organiza e se fundamenta – mas também, indicando a existência de agricultoras e agricultores que estão mais inseridos na vida urbana e nos mercados ou, até mesmo, envolvidos em uma dimensão mais estritamente econômica.

Por estar inserido na região metropolitana, o AUÊ! elegeu esse território como seu recorte prioritário de ação, reflexão, interpretação e compreensão das diversas realidades da agroecologia, da agricultura familiar e da agricultura urbana.

As rodas de conversa realizadas no IGC, entre março de 2013 e fevereiro de 2014 foram importantes na nossa jornada e marcaram a primeira fase de atuação do grupo, quando várias pesquisas, linhas de políticas públicas e iniciativas em curso foram apresentadas e debatidas por uma pluralidade de sujeitos. Nesse período, estabelecemos uma dinâmica de encontros mensais, que

abordaram a temática da agricultura urbana a partir de diferentes pontos de vista. Participaram desses encontros professoras(es) e alunas(os) de graduação e pós-graduação integrantes de diversos cursos da UFMG e de outras universidades, que ampliaram a percepção das interfaces da temática com diferentes campos disciplinares.

A presença de gestores públicos e representantes de iniciativas populares, organizações, movimentos e redes sociais, bem como de pesquisadoras(es) de outros países que já desenvolviam ações relacionadas à agricultura urbana, possibilitaram o reconhecimento de conexões importantes entre pautas e agendas políticas relevantes no contexto brasileiro e, também, no âmbito das relações internacionais. Ao todo, foram 175 participações e 92 pessoas envolvidas nos encontros nesse período.

Além das rodas de conversa, no segundo semestre de 2013 teve início uma dinâmica de reuniões para uma melhor coordenação das atividades de pesquisa e maior aprofundamento dos estudos do grupo. Outra linha de ação em curso envolveu o registro e comunicação das atividades no intuito de compartilhar o conhecimento e ampliar a visibilidade do tema, dentre as quais merece destaque a criação e manutenção do nosso site (<http://aueufmg.wordpress.com/>). Essa plataforma tem sido usada para a divulgação dos resultados dos trabalhos do grupo, socialização de eventos, notícias relevantes relacionadas às temáticas centrais e compartilhamento de bibliografia relacionada à agricultura urbana, como artigos, monografias, dissertações e teses. Entre 2014 e 2015 o site registrou 20.577 acessos de 5.941 visitantes de 15 países, nos fazendo compreender a comunicação, não só como um instrumento de divulgação e socialização, mas também, como ferramenta política e de diálogo.

A nossa aproximação com a AMAU fortaleceu laços com várias pessoas e organizações integrantes dessa Articulação. Um desdobramento relevante dessa relação foram os intensos debates sobre o registro da diversidade de experiências das(os) agricultoras(es) participantes da AMAU e sobre as demandas das organizações sociais, do poder público e da Universidade por informações mais precisas sobre a agricultura urbana, sobre as(os) agricultoras(es) e suas formas de organização.

No segundo semestre de 2013, o AUÊ aprovou projetos em um Edital da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (Cultivando outra cidade: experiências e cartografias sociais da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU) e na Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq Nº81/2013 (Metrópole em transição: implantação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica/UFMG na RMBH), ambos iniciados em março de 2014. Todo o processo de elaboração e execução dos projetos levou ao fortalecimento de parcerias, especialmente com a AMAU, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e o Grupo Aroeira.

Em 2014, o AUÊ! formalizou-se como um Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) e passou a se inserir em redes regional e nacional de NEAs, em consonância com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO (BRASIL, 2012). Em paralelo, integrantes do grupo já vinham participando do processo de discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) e do Macrozoneamento Metropolitano, coordenado pela UFMG, em contrato com o Governo Estadual. A interlocução com essa experiência ampliou as relações do AUÊ! com outras iniciativas e instituições ligadas à produção agrícola nos municípios metropolitanos, inserindo na pauta de debates do planejamento urbano e metropolitano, questões ligadas à segurança alimentar e à garantia de espaços para a transição agroecológica. Nos anos de 2015 e 2016, um leque de ações diversas do núcleo foi desenvolvido, principalmente no âmbito do Projeto do Núcleo de Agroecologia, consolidando o AUÊ no território metropolitano. Mais recentemente, em 2017, o envolvimento com a revisão de Planos Diretores de onze municípios metropolitanos, tem possibilitado aprofundar a construção de propostas de transição agroecológica nos municípios, articulando os níveis local e regional.

Nosso Rio do Tempo (Figura 1), construído durante a já mencionada oficina de sistematização, representa a rede de parcerias que temos construído por meio de frentes de trabalho, como oficinas para crianças, jovens e mulheres; cursos de formação; oficinas técnico-produtivas e sócio-organizativas; pesquisa de mapeamento e caracterização das agriculturas na RMBH; organização e participação em

seminários nacionais e internacionais, assim como participação no acompanhamento da formulação e implementação de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, a exemplo da Câmara Técnica de Agroecologia e Produção Orgânica e da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (2ª CNATER).

Podemos dizer que este percurso confere ao AUÊ! uma característica singular nos campos da agricultura urbana e da agroecologia. Nosso intuito é aproximar essas temáticas a diferentes áreas de conhecimento e campos de investigação em curso na Universidade, assim como às lutas políticas conduzidas por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, às políticas públicas ligadas a diversos órgãos governamentais. Assim, entendemos que os trabalhos do AUÊ! têm contribuído para o (re)conhecimento das inúmeras iniciativas de agricultura urbana e de agricultura de base familiar e coletiva existentes nos contextos urbanos, bem como para a visibilização de conflitos pelo acesso à terra, à água e à biodiversidade, denunciando as injustiças identificadas e anunciando resistências e inovações encontradas nesse percurso.

A partir deste contexto de atuação, buscamos, a partir da sistematização de nossa experiência, amadurecer nossa reflexão sobre os caminhos que podem ser trilhados para avançar nos estudos e práticas sobre a agroecologia urbana, aprofundando os conceitos e intensificando os diálogos na construção do conhecimento agroecológico, a partir da conexão entre a agroecologia e a agricultura urbana em regiões metropolitanas.

Figura 1: Sistematização do percurso do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!. Belo Horizonte, 2017.



Fonte: Oficina de Sistematização. Elaboração: Patrícia Nardini.

### Caminhos metodológicos

Os caminhos percorridos pelo AUÊ! se ancoraram em uma construção participativa, com respeito às diversidades e instâncias horizontais de decisão. A concepção metodológica adotada do grupo tem inspiração em linhas de pensamento que reforçam a crítica propositiva ao paradigma

hegemônico de ciência e convidam à experimentação de outros modos de fazer pesquisa, entendida como “a arte de construir possibilidades de diálogo” (HISSA, 2013). As atividades de pesquisa, extensão e ensino são realizadas em conjunto por pesquisadoras(es) e atores sociopolíticos empenhados na geração de conhecimentos que se articulam com processos de mudanças sociopolíticas. Essas atividades têm colaborado com espaços de diálogo e de afirmação das práticas e saberes relacionados às práticas de agricultura urbana e agroecologia, assim como possibilitado aproximações entre campos sociais e de estudos acadêmicos que tradicionalmente não dialogam entre si.

Marcado por uma composição de pessoas de diferentes formações e áreas de conhecimento, o AUÊ! exercita em seu fazer cotidiano um diálogo entre diferentes campos do saber, buscando a construção do conhecimento sobre a agroecologia na complexidade dos contextos urbanos. É importante registrar que princípios importantes como a tolerância, o afeto e a alegria, tanto na dinâmica interna quanto nas relações institucionais, fundamentam a atuação do grupo e foram reconhecidos como particularidades do grupo durante a oficina do projeto de sistematização.

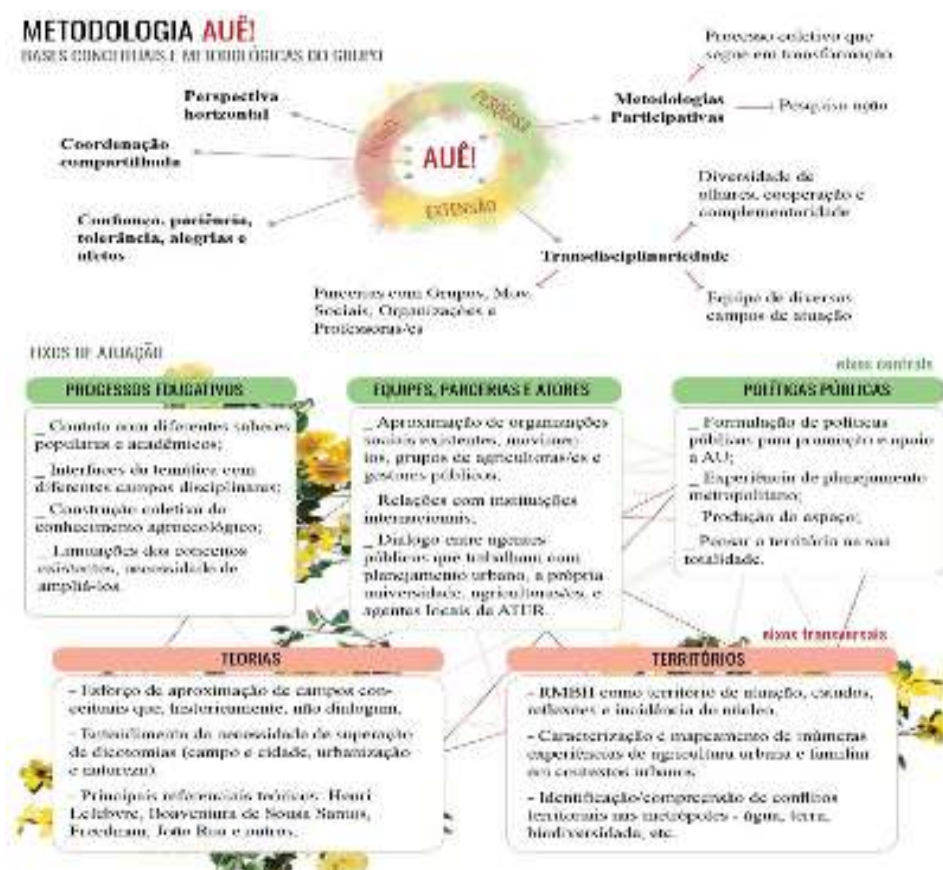
Desde sua constituição, buscamos organizar o grupo por meio de uma coordenação compartilhada, construindo coletivamente as ações e democratizando as decisões. Para isto, realizamos planejamentos de curto e médio prazo, que possibilitam a definição de prioridades de atuação e da dinâmica de cada eixo de trabalho, bem como o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas.

Para potencializar a comunicação interna, são realizadas reuniões semanais, presenciais ou online, constituiu-se um grupo de *e-mails* e um grupo no aplicativo *whatsapp*. As dinâmicas de comunicação, divulgação e registro das ações do grupo e de visibilidade da diversidade das agriculturas na RMBH ocorrem por meio do *e-mail* e das mídias sociais (*site/blog* e a *página do facebook*), bem como cartilhas, folhetos e artigos construídos com os parceiros. A identidade visual do material de divulgação é marcada pela criatividade/habilidade das(os) integrantes do grupo inseridas(os) nos campos da Arquitetura, Urbanismo e Design, como pode ser observado nas imagens deste texto.

Já as rodas de conversas e seminários, configuram-se como espaços horizontais de construção do conhecimento, nas quais são priorizadas a composição das mesas a partir da paridade de gênero, em formatos que incentivam a troca de saberes e a educação popular, valorizando os saberes populares e suas realidades culturais.

O processo de sistematização, animado pelo Projeto de Sistematização de ABA e inspirados na perspectiva de Falkembach (1995), foi incorporado à dinâmica do AUÊ!, ampliando a reflexão coletiva sobre a trajetória do grupo. Foram realizados encontros para alinhar as compreensões sobre a sistematização; definição de pessoas de referência para as ações; e criação de tabela para organizar e registrar as atividades realizadas pelo grupo (cursos, oficinas, seminários, participação em eventos, mutirões, e outros) com detalhamentos (datas, pessoas envolvidas, fotos e relatoria, temática, entre outros). Na oficina do projeto de sistematização, promovida pela ABA, elaboramos uma matriz de análise e priorizamos os temas principais de trabalho (Figura 02).

Figura 2: Bases conceituais e metodológicas do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!. Belo Horizonte, 2017.



Fonte: Oficina de Sistematização do AUÊ. Elaboração: Patrícia Nardini.

### Reflexões

A busca constante do diálogo entre diferentes atores na RMBH (pesquisadoras(es), estudantes, professoras(es), agricultoras(es), agentes do poder público, movimentos sociais, ONGs, dentre outros), em busca do fortalecimento da agroecologia e da agricultura urbana, colocou-nos em contato com diferentes saberes, o que possibilitou entendimentos complementares em torno da agroecologia e contribuiu para que o nosso grupo e um coletivo mais amplo de atores tivesse um olhar mais plural sobre o "campo agroecológico" e as políticas afins. Essas características do nosso grupo estão fortemente relacionadas aos três temas gerais priorizados no projeto de sistematização: "processos educativos"; "equipes, parcerias e atores"; e "políticas públicas", bem como aos dois temas transversais priorizados: "território" e "teorias".

O AUÊ! tem buscado compreender as dinâmicas e os conflitos territoriais metropolitanos, assim como identificar quem são os agentes que interferem na produção do espaço e também o disputam, formulando e implementando as estratégias e ações para o fortalecimento da agroecologia na RMBH.

O conceito de território é utilizado pelo grupo em diálogo com o pensamento dialético socioespacial de autores como Lefebvre (1991), Souza (2013) e Haesbaert (2012) que inspiram a pensar as práticas agrícolas como práticas socioespaciais. Esses autores, cada um à sua maneira, argumentam que o espaço é produzido pelas relações sociais, assim como estas são alteradas por sua dimensão espacial. Nessa perspectiva teórica o espaço é considerado uma categoria central para se compreender a sociedade e incorpora outras categorias, como o conceito de território. Haesbaert (2012) conceitua território como uma abordagem do espaço que privilegia a dimensão política ou, em outras palavras, a espacialidade das relações de poder materiais e simbólicas. No mesmo sentido, Souza (2013) ressalta a



noção de território como fruto de diversas disputas de interesses que permeiam a sociedade e que incorpora as ligações afetivas e de identidade, assim como as ações do Estado. Assim, “o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder” (SOUZA, 2013, p. 89).

A busca por maior clareza sobre o território metropolitano se tornou premente, a partir do envolvimento do grupo no processo de planejamento metropolitano. Esse processo tem demandado uma melhor compreensão dos limites e potencialidades das áreas agrícolas presentes nos municípios da RMBH e tem evidenciado a escassez de informações em torno dessa atividade. A relação com o planejamento metropolitano tem contribuído, ainda, para a criação de uma agenda de pesquisa e de ação política para a efetiva incorporação da agroecologia e da agricultura urbana em estratégias de reestruturação territorial metropolitana.

No âmbito da execução do Edital 81/2013 do CNPq, foi proposto um curso de agroecologia voltado para grupos e instituições que prestam Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na RMBH. O Curso de ATER Agroecologia na RMBH, realizado no segundo semestre de 2015, promoveu o encontro de diversas instituições, grupos e outros atores, atuantes no contexto metropolitano, desde a etapa da definição de conteúdo e da metodologia. Além da discussão técnica e política sobre a assistência técnica e extensão rural, o curso propiciou o encontro de instituições de ATER que atuam neste território comum, como a REDE e EMATER-MG e que, historicamente, apresentavam um frágil diálogo interinstitucional. Com isso, vimos germinar na RMBH a semente de um espaço permanente de discussão em torno da ATER Agroecologia.

O florescimento dessa semente plantada aconteceu durante o Seminário Regional “Agroecologia e Agriculturas Urbanas: conexões para uma metrópole em transição”, atividade também apoiada pelo projeto do CNPq. Um dos encaminhamentos do Seminário foi a proposta de formação de uma rede regional de atores que, após algumas reuniões subsequentes, consolidou-se na Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana. Desde abril de 2016, a R.U.A. Metropolitana tem funcionado como espaço permanente de encontro entre universidade, organizações da sociedade civil e setores governamentais envolvidos com a agricultura urbana e a agroecologia na RMBH, promovendo discussões e agendas de ações colaborativas, contando atualmente com mais de 100 participantes. O AUÊ!, apoiado por outro projeto de extensão ligado à Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, vem auxiliando a organização e sistematização interna da R.U.A Metropolitana.

O trabalho de Caracterização e Mapeamento das Agriculturas conduzido pelo AUÊ! na RMBH também está conectado com os processos educativos, com as relações de parceria e com os processos de formulação e monitoramento de políticas públicas. Esse trabalho teve início com a já mencionada demanda da AMAU de caracterizar as(os) agricultoras(es) integrantes da Articulação (perfil, atividade produtiva desenvolvida, localização das atividades, redes que interagem, entre outros).

Posteriormente, essa atividade ganhou uma perspectiva mais ampla, no sentido de incorporar a totalidade e a diversidade das práticas agrícolas no cenário metropolitano. No decorrer desse processo, nos deparamos, mais uma vez, com a falta de dados sistematizados sobre a atividade agrícola, via de regra um serviço não incorporado na rotina das instituições de ATER, organizações sociais e prefeituras municipais, o que resultou em uma crescente priorização dessa atividade no planejamento do grupo.

A diversidade de práticas, sujeitos e contextos identificados e caracterizados no processo de mapeamento realizado, evidenciou a limitação de alguns conceitos e abordagens teóricas, quando aplicados à realidade metropolitana, como por exemplo, o conceito da agricultura urbana que orienta a atuação do AUÊ! e o nosso entendimento sobre o universo das práticas agrícolas nas regiões metropolitanas. Entretanto, percebemos que o conceito ainda se encontra em construção e em disputa, refletindo diferentes tendências identificadas na literatura internacional, que podem focar a agricultura urbana como uma prática promotora de segurança alimentar e sustentabilidade urbana, como uma forma de reprodução da lógica capitalista de produção de alimentos e de cidades, ou como uma via de promoção da autonomia alimentar e apropriação dos espaços urbanos (ALMEIDA, 2016).

No mesmo sentido, o conceito de agricultura familiar contribui para a compreensão do conjunto de práticas agrícolas encontradas nos contextos metropolitanos, mas apresenta limitações

quando comparado às experiências concretas, indicando que as mesmas são muito mais amplas e diversas do que foi definido pela legislação brasileira. De certa forma, a abordagem conceitual legal desconsidera e invisibiliza um extenso universo de práticas que apontam caminhos para um modo de produção contra-hegemônico em vários contextos. Observamos ainda a ausência de políticas públicas que considerem e atendam as especificidades as(os) agricultoras(es) familiares inseridas/os em intensas dinâmicas urbanas. Nossa interação com diversas experiências e práticas de agricultura familiar na RMBH mostra que, se por um lado algumas apontam caminhos de produção contra-hegemônica, por outro lado também existem várias que reproduzem formas de produção empresariais capitalistas.

No processo de articulação entre debates conceituais e políticos, a agroecologia foi ganhando cada vez mais centralidade nas reflexões do coletivo, acentuando-se quando o AUÊ! se consolidou como um NEA e intensificou sua relação com outros NEAs e espaços de debate sobre a agroecologia. Por um lado, incorporamos como base da nossa ação o debate conceitual e a ação política do campo agroecológico, mas por outro lado, acreditamos que é necessário identificar, também, os conflitos entre os diferentes modelos de produção agrícola e outros usos do solo nas regiões metropolitanas e reconhecer iniciativas em curso que apontam outras alternativas de abastecimento alimentar da população urbana. Daí a necessidade de compreendermos a agroecologia urbana como um caminho possível de transformação de territórios urbanos, tanto no sentido de promover a transição agroecológica dos sistemas de cultivo convencionais da agricultura familiar presentes nesses territórios, como no sentido de construir novas relações de produção e reprodução nas metrópoles.

Nos espaços de construção do planejamento metropolitano, usualmente mais centrado em questões urbanas, como habitação, usos industriais, dentre outros, foi possível pautar a agroecologia e a agricultura urbana como temas relevantes para a reestruturação territorial metropolitana. Já nossa inserção nos espaços de discussão do campo agroecológico tem provocado um deslocamento da centralidade no desenvolvimento rural para as potencialidades da agricultura urbana e da agroecologia em territórios metropolitanos, bem como para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

A aproximação entre questão urbana e questão ambiental, em contraposição à difundida visão negativa das cidades, também é percebida pelo grupo como um desafio, inclusive no contexto do movimento agroecológico brasileiro. Em diálogo com outros coletivos que também se dedicam à discussão da agricultura urbana (muitos deles integrantes do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana – CNAU), percebemos a necessidade da superação da dicotomia rural-urbano, trazendo para o centro da discussão as complexidades territoriais que extrapolam essas definições. O aporte do campo geográfico nos permite compreender que as fronteiras e limites institucionais abstratos são muito mais fluidos do que as compreensões dicotômicas. Além disso, como palco de disputas de poder que configuram uma dialética socioespacial ampla e complexa, os territórios revelam inúmeras dinâmicas locais, requerendo uma compreensão abrangente dos processos e a explicitação de quais noções de urbano e de agricultura estão sendo mobilizadas.

Para além das visões que enfatizam a contraposição ou mesmo a complementação entre rural e urbano, nos aproximamos na perspectiva teórica lefebvriana sobre a dialética socioespacial e sobre a produção do espaço urbano, que compreende o urbano como substantivo e não como um adjetivo relacionado à cidade.

De acordo com Lefebvre (1991), vivemos em uma zona crítica de passagem entre uma era industrial e uma era urbana. Nessa perspectiva, o urbano (em formação, abreviação de “sociedade urbana”) não pode ser reduzido ao urbano-industrial, nem a uma consequência da industrialização. Já a “sociedade urbana” deve ser entendida como um horizonte, uma possibilidade da emancipação social e não como realidade acabada.

Partindo da perspectiva teórica sobre o urbano contemporâneo, ampliamos nossa compreensão dos espaços agrícolas urbanos como produtos de contextos sociopolíticos em diferentes tempos, mas também, como parte do urbano em formação. Essas práticas podem ser compreendidas como uma realidade e, ainda, como uma virtualidade contida no presente, como uma possibilidade de se repensar as cidades e a sociedade urbana, bem como os modelos e espaços de produção e consumo de alimentos no Brasil. Este enfoque teórico fundamenta, da mesma forma, uma necessária

diferenciação entre o urbano e a cidade, assim como uma visão crítica sobre noções muito difundidas que os associam a espaços artificiais, construídos, de consumo e de serviços, e não como territórios onde a agricultura pode e é capaz de se desenvolver (ALMEIDA, 2016).

O “direito à cidade”, tema importante na obra de Lefebvre, chama a atenção para a luta pela cidade como uma ação política, pelo direito de participação na construção dessa obra coletiva e de apropriação desse bem comum (LEFEBVRE, 2011, p. 134). Essa perspectiva amplia as possibilidades de politização da questão urbana, articulando-se à luta pela afirmação das diferenças frente aos processos de homogeneização de espaços e modos de vida, resultante do modo de produção capitalista (ALMEIDA, 2016). Nesse sentido, acreditamos que os esforços para uma articulação entre as formulações conceituais e políticas relacionadas à produção social do espaço urbano e à agroecologia, se aproximam e nos mostram as diversas concepções de agricultura e concepções de cidade em disputa no mundo contemporâneo, fundamentando a construção de um referencial conceitual crítico e sensível para explicitar de que urbano e de que agricultura estamos falando. Nos permitem, ainda, avançar na construção de um novo campo de construção do conhecimento em torno da “agroecologia urbana”.

No processo de sistematização das políticas públicas que apoiam as atividades agropecuárias na RMBH e nas quais o AUÊ teceu diálogo, percebemos uma fragmentação/setorialidade das ações do poder público que apresenta, de um modo geral, uma ênfase muito local/municipal, bem como limites para incorporar uma perspectiva regional/territorial e dialogar com a complexidade da RMBH.

Com relação às políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), registramos, a partir dos espaços de debate promovidos pela atuação do AUÊ!, crescente sensibilidade dos parceiros em pautar o fortalecimento das agriculturas na RMBH e a importância da transição agroecológica. Com a criação da R.U.A. Metropolitana, foi possível promover encontros como, por exemplo, os seminários: “Diálogos Metropolitanos: Agricultura na RMBH – Panorama e Perspectivas”, realizado pela Agência de Desenvolvimento da RMBH; “Estratégias da Extensão Rural e Parceiros para fortalecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Região Metropolitana de BH” organizado pela EMATER-MG; dentre outros.

No que tange às ações do AUÊ! em parceria com a EMATER-MG, a caracterização e mapeamento das agriculturas na RMBH tem se destacado devido ao reconhecimento das demandas locais, contribuindo para o aprimoramento da política de ATER e, conseqüentemente, do PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os campos do planejamento urbano e municipal e da agroecologia apresentam, historicamente, frágil aproximação. Legislações municipais de referência, como os Planos Diretores e as Leis de Uso e Ocupação do Solo, comumente homogeneizam a grande diversidade de áreas rurais e de atividade agropecuária, com propostas que pouco dialogam com as especificidades destes territórios. Em contrapartida, as demandas de suas populações não são tratadas como importantes e as atividades desenvolvidas nestes espaços sofrem imposição e o ônus de dinâmicas de urbanização intensas.

O AUÊ! vem atuando na perspectiva de incorporação da agroecologia como caminho para a transformação da atividade agropecuária na RMBH e como potencial para a reestruturação do território, foco da construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) e suas políticas. O PDDI, importante referência de planejamento metropolitano no Brasil, apresenta uma Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que aborda, mais especificamente, a temática da agricultura familiar. Essa política apresenta um conjunto de propostas para atuar sobre a produção, o abastecimento e o consumo alimentar, buscando criar alternativas de integração entre espaços rurais e urbanos, bem como fortalecer o quadro institucional existente relativo às ações públicas no campo da SAN na RMBH. Além dessa política, a agricultura urbana também é abordada em outras políticas nas quais, mesmo que não seja objetivo central das propostas, evidenciam o caráter transdisciplinar do plano, compreendendo que o fortalecimento da atividade agrícola perpassa diversas dimensões (econômicas, sociais e ambientais).

A política de criação e manutenção dos NEAs foi um marco importante para a consolidação do Grupo AUÊ!, assim como dos diversos grupos e núcleos de agroecologia encontrados no território

brasileiro, auxiliando no avanço de estudos e ações da agroecologia localmente. No âmbito do AUÊ!, percebemos como impacto positivo dessa política as condições para fortalecer a composição transdisciplinar do grupo, acolhendo diferentes formações e áreas de conhecimentos importantes para a temática da agroecologia e da agricultura urbana, assim como para a discussão das políticas públicas acessadas. Observamos, ainda, a potência do trabalho em conjunto com Núcleos próximos, localizados na RMBH e adjacências, como Florestal, Sete Lagoas e Ouro Preto. A percepção estratégica desse diálogo se resalta na medida em que identificamos que os contextos territoriais desses grupos são, em muitos aspectos, próximos dos quais temos trabalhado, sendo o intercâmbio das experiências de grande importância (por exemplo, na participação e apoio na construção do Balaio de Saberes, em Florestal).

A articulação entre os NEAs também se fortaleceu no âmbito estadual, tendo como desdobramento a interação com o Governo do Estado voltada à construção de uma agenda de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia. Como exemplo, temos a elaboração de um edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para a criação e manutenção de NEAs em Minas Gerais e um Seminário para discutir linhas de pesquisa em torno da temática da agricultura, chamado “Dialogar para Transformar: diretrizes para o Apoio à Pesquisa em Agroecologia, Agricultura Familiar e Urbana e Povos Comunidades Tradicionais em Minas Gerais”. Os NEAs de Minas Gerais têm criado, também, canais de comunicação próprios (grupo de *e-mails* e *whatsapp*) e participado em atividades comuns, como a Troca de Saberes, na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Por fim, vale destacar que as articulações entre os NEAs extrapolam o Estado de Minas Gerais e alcançam um diálogo regional no âmbito do Sudeste do Brasil. Essas articulações foram potencializadas pelas ações realizadas no âmbito do Comboio Agroecológico do Sudeste (R-NEA), como as Caravanas e Excursões Científicas, que seguem ativas e frutificando ações, pois mesmo em momentos em que não há projetos com recursos, atividades coletivas e integradas permanecem sendo realizadas.

Embora este cenário muito positivo em torno dos núcleos tenha sido criado, ele está atualmente ameaçado, devido à falta de prioridade do Governo Federal em investir no desenvolvimento dos NEAs, seja na manutenção dos já existentes, seja na criação de novos. Em 2016, foi lançado um novo edital voltado para os Núcleos (Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF-Casa Civil/CNPq nº 21/2016), com menos recursos, insuficientes se comparados com o edital anterior e com as demandas existentes.

## Considerações finais

A compreensão da trajetória do AUÊ! a partir do processo de sistematização possibilitou refletir sobre suas parcerias, ações e atividades realizadas. Destacamos que o AUÊ! se caracteriza pela diversidade de atuação e do trabalho em rede, devido a sua composição por pessoas de diferentes áreas do conhecimento e por sua relação com diversos atores, ampliando o debate agroecológico dentro e fora da universidade. Destacamos, ainda, que precisamos maior dedicação para superar os desafios e gargalos identificados, por exemplo, avançar no reconhecimento do território metropolitano em sua totalidade, para além da dicotomia rural e urbano; construir o conhecimento comum em torno da agroecologia, articulando tradição e inovação; entender e fortalecer as diversidades de práticas e sujeitos da agroecologia; contribuir para o protagonismo das(os) agricultoras(es) e dos movimentos populares e; ressignificar a relação natureza e cidade.

As práticas agrícolas urbanas nos provocam a (re)pensar a produção do espaço urbano contemporâneo. O reconhecimento da existência e da possibilidade de ampliação da agroecologia em regiões metropolitanas aponta caminhos possíveis para estabelecer circuitos curtos de produção e consumo, promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional, ampliar a integração entre os espaços naturais e sociais, além de trazer novas perspectivas para o debate sobre a qualidade de vida nas cidades, uso do espaço urbano, a função social da terra e o direito à cidade. Esse direito faz com que

possamos experimentar essa cidade no sentido “do que queremos”, vinculado ao poder de transformar a cidade e pensar no espaço urbano como um lugar de encontro e mudanças.

Acreditamos no “lema” da unidade na diversidade, ou seja, a agroecologia como convergências de diversas lutas na RMBH. É necessário pensar o urbano como o espaço do encontro, da diversidade, da inovação, das trocas e da criatividade e articulado com os princípios da agroecologia, nos quais a reprodução da vida e o interesse comum se contrapõem à reprodução do capital, ao lucro individual e à apropriação privada da natureza.

## Agradecimentos

À AMAU, pela inspiração e possibilidade de refletir sobre questões basilares para a construção do AUÊ!. Agradecemos o engajamento de todas(os) integrantes do AUÊ! nas reflexões aqui registradas. À REDE e à EMATER-MG pela parceria na realização das atividades. À equipe da UFMG envolvida no PDDI-RMBH, MZ-RMBH e revisão dos Planos Diretores Municipais pela parceria na incorporação das agriculturas ao planejamento metropolitano. À R.U.A. Metropolitana, ao Grupo Colméia Solidária e ao Agroecologia na Periferia, pelo trabalho conjunto e oportunidade de criar novos espaços de reflexão. Ao CNPq e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e demais ministérios pelo financiamento do projeto (Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/ MPA/CNPq, N.81/2013) e à PROEX/UFMG pelo apoio ao projeto "Cultivando outra cidade: experiências e cartografias sociais da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e da Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana)". À FAPEMIG pelo apoio por meio dos projetos FAPEMIG CSA APQ-02380-16 “Agricultura urbana e planejamento metropolitano: uma contribuição à construção da trama verde azul na RMBH”; FAPEMIG AUC-00057-16 “Direito à cidade e comida de verdade”; FAPEMIG NPDC - APQ-03544-15/Conseil Régional - “Wealth Through Sharing – Riquezas Compartilhadas”). Às agricultoras e aos agricultores da RMBH, que nos inspiram e com quem tanto aprendemos cotidianamente. À Laura Barroso, pela sugestão do nome AUÊ! na Roda de Conversa do dia 15 de maio de 2013. À Danielle Moura e ao Nathan Itaborahy pela vital contribuição no início do grupo.

## Referências

- ALMEIDA, D.A.O. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016. 438f. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (ABA). **Aspectos conceituais em agroecologia**. 2017. Disponível em <[http://agroecologia2017.com/ASPECTOS\\_CONCEITUAIS\\_SOBRE\\_AGROECOLOGIA.pdf](http://agroecologia2017.com/ASPECTOS_CONCEITUAIS_SOBRE_AGROECOLOGIA.pdf)>. Acesso em 18 abr. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: Planalto, 2012.
- FALKEMBACH, E.M.F. **Sistematização... Juntando Cacos, Construindo Vitrais**. Ijuí (RS): Ed. UNIJUÍ, 1995 (Cadernos UNIJUÍ, 23).
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012
- HISSA, C.E.V. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 2011.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- PLOEG, J.D.V.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, mimeo, 2007. Disponível em: <[http://www.redemg.org.br/article\\_get.php?id=100](http://www.redemg.org.br/article_get.php?id=100)>. Acesso em: 09 de julho de 2016.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecología como estrategia metodológica de transformación social. **Reforma Agrária & Meio Ambiente**, ano 1, n. 2, p. 4-10, Outubro 2006. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/revista/revista-rama>, Acesso em: 09 de julho de 2016.

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TUPY, I. S. et al. Notas sobre a produção agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte: para além da irrelevância, inviabilidade e incompatibilidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, outubro 2015.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Marco Teórico-Metodológico e Síntese dos Estudos Setoriais - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI-RMBH**. Belo Horizonte, 2010.

WANDERLEY, M.N.B. Um novo olhar para a agricultura. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

---